

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

da Motta Bastos, Mário Jorge
Quatro décadas de História Medieval no Brasil: contribuições à sua crítica
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 20, núm. 3, 2016, pp. 2-15
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

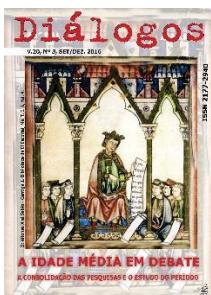
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305549840002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Quatro décadas de História Medieval no Brasil: contribuições à sua crítica

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20i3.33600>

Mário Jorge da Motta Bastos

Professor do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, velhomario@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é promover um balanço crítico da medievalística brasileira nestas cerca de quatro décadas do seu sistemático desenvolvimento. Consideradas as primeiras iniciativas de promoção do período entre nós, passamos à avaliação da institucionalização do campo de pesquisas no Brasil, abordando as potenciais razões do seu vertiginoso crescimento. Por fim, consideramos o estatuto ontológico, epistemológico e teórico do estudo da Idade Média, centradas na crítica de vertentes hoje hegemônicas no campo em questão, dominado por posições que constituem a historiografia como uma prática pseudocientífica que reduz o ofício do medievalista a uma enfadonha paráfrase das fontes de outrora.

Abstract

Four decades of Medieval History in Brazil: contributions to its critique

The aim of this article is to provide a critical balance of the Brazilian medieval studies in these four decades of its systematic development. Considered the first initiatives of promotion of the period between us, we started the evaluation of the institutionalization of the research fields in Brazil, approaching the potential reasons for its rapid growth. Finally, we consider the ontological, epistemological and theoretical status of the study of the Middle Ages, centered on the critics of slopes, today hegemonic in the field in question, dominated by positions that constitute the historiography as a pseudoscientific practice that reduces the function of medievalist to a tedious paraphrase of the formerly sources.

Resumen

Cuatro décadas de Historia Medieval en Brasil: contribuciones y sus críticas

El propósito de este artículo es proporcionar una evaluación crítica de los estudios medievales de Brasil en estas casi cuatro décadas de su sistemático desarrollo. Consideradas las primeras iniciativas de promoción del período, pasamos a la evaluación de la institucionalización de su ámbito de investigación en Brasil, atendiendo a las posibles razones de su rápido desarrollo. Por último, se considera las condiciones ontológica, epistemológica y teórica del estudio de la Edad Media, centrándose en la crítica de sus vías hoy hegemónicas, dominadas por posiciones que constituyen la historiografía como una práctica pseudocientífica que reduce el oficio del medievalista a una paráfrasis de los testigos del pasado.

Keywords:

Medieval History; Medieval History in Brazil; theory of History; research

Palabras clave:

Historia Medieval; Historia Medieval en Brasil; Teoría de la Historia; Investigación.

O presente (brasileiro) de um passado (que nos é estranho?)

Para historiadores e historiadoras que, como eu, trabalhamos com um remotíssimo passado – ao menos é isso que se costuma supor sempre que nos remetemos a fatias de duração do tempo tão distantes da nossa e tão próximas da de Cristo! – é bem razoável considerar que cerca de quatro décadas representam pouco, muito pouco. Pois foi praticamente ontem, portanto, que na cidade de São Paulo veio à luz a obra organizada pelo professor Jaime Pinsky (1982) e intitulada *Modo de Produção Feudal*.

Apesar do seu título aparentemente específico, o compilador reúne textos clássicos e fragmentos de fontes primárias dedicados a temas diversos relativos à civilização medieval, para uso universitário. Na apresentação da obra, a renomada historiadora brasileira Maria Yeda Leite Linhares proferiu uma espécie de vaticínio. Segundo a decana de nossa historiografia, as universidades brasileiras jamais formariam um especialista em História Medieval, por ser aquele um passado que não nos pertencia, não nos dizia respeito e nos era “alheio” por razões diversas. Ainda assim, ressaltava a apresentadora, aos docentes encarregados da disciplina – que, àquela altura, raríssimas vezes eram especialistas, cabendo-a a professores recém-contratados (sanção que manifestava o poder dos mais velhos) ou aos “menos ativos” – cabia o esforço por ministrarem ao menos cursos “dignos e honestos”, paroxismo decorrente de uma atividade docente que se produziria alheia à pesquisa e à produção do conhecimento.

Relembro o episódio menos com a intenção de alertar os (as) leitores (as) para as dificuldades enfrentadas por videntes e profetas, do que para marcar para os colegas o quanto recente, e de certa forma improvável, é o enorme desenvolvimento do campo dos estudos medievais no Brasil! O texto que o leitor tem em mãos pretende promover uma espécie de

“mapeamento do campo”, considerando, além do curso do seu estabelecimento, suas principais tendências, vertentes, avanços, dificuldades e perspectivas de futuro da história de um passado cujo vigor no país, atualmente, parecia imprevisível mesmo para uma das maiores autoridades da historiografia nacional.

A rigor, pode-se afirmar que os meados da década de 1990 constituíram o contexto da afirmação do direito de cidadania histórica dos estudos medievais no Brasil, configurando-se as atas de fundação da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), datada de 1996, como uma espécie de atestado de reconhecimento institucional. Mas, aplicando-se uma metáfora cara à civilização agrária que nós medievalistas estudamos, os frutos então colhidos resultaram de uma semeadura levada a efeito em condições precárias, o que só faz realçar o esforço e a criatividade de seus promotores. Parece razoável vincular os primeiros passos dessa longa trajetória à própria constituição da estrutura universitária no Brasil, tendência de base que viria a constituir uma característica perene da pesquisa científica em nosso país: a universidade pública é o seu âmbito primordial, quase exclusivo, em que pesem os frequentes esforços do poder público visando o seu desmantelamento. Assim, em 1934 foi criada a primeira instituição que abrigaria a História Medieval em seus quadros, a Universidade de São Paulo, favorecida por missões científicas originárias da Alemanha, da Itália e, em especial, da França, integrada por futuros expoentes da academia como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Jean Gagé, entre outros. Esse último, um especialista em História da Antiguidade, tomou a seu encargo a orientação dos primeiros trabalhos dedicados à Idade Média realizados no Brasil, dentre os quais a tese pioneira de doutorado, defendida por Eurípides Simões de Paula em 1942. Seguiram-lhe as teses de Eduardo d’Oliveira França e de Pedro Moacyr Campos (ambas de 1945), tendo esse último ocupado a primeira cátedra de História

Medieval instituída no Brasil, na USP, em 1950 (FRANCO JUNIOR e BASTOS, 2002-2003, p. 125-131).

As pioneiras expressões do “medievalismo” brasileiro permitem antever uma tendência fadada a largo futuro, isto é, a orientação marcadamente francesa que caracterizou a nossa historiografia desde os seus primórdios. Há, contudo, uma exceção que precisa ser relembrada, ainda que de passagem, tendo em vista um vigoroso quadro de referências olvidado pela medievalística nacional, que padece da estranha, terrível e contraditória endemia que atinge a tribo dos historiadores, o mal do esquecimento de seus clássicos! Refiro-me aos pioneiros historiadores ensaístas brasileiros que, voltados à conceituação e caracterização de nosso passado e herança coloniais, não hesitaram em debruçar-se com afínco no estudo da estruturação feudal das metrópoles europeias à época da conquista.

No alvorecer dos anos 1960, o Partido Comunista Brasileiro, apoiado na vertente leninista do marxismo e nas teses da III Internacional (MANTEGA, 1984), caracterizava a sociedade brasileira como semicolonial e semifeudal. Na perspectiva de seus principais teóricos, ao Brasil impunha-se uma revolução democrático-burguesa que viesse a livrá-lo tanto dos representantes do Imperialismo, base de apoio dos latifundiários nacionais, quanto dos entraves decorrentes dos “restos feudais” herdados do período colonial. São famosas as teses de Nelson Werneck Sodré e, em especial, as de Alberto Passos Guimarães, na medida em que atribuíram ao sistema colonial um caráter feudal, cujos resquícios, duradouros – mazelas de longa duração – seriam responsáveis pelo nosso atraso e subdesenvolvimento (MOTTA, 1998, p. 65-79).

Como sabemos, o golpe empresarial-militar de 1964 fez soar o dobre de finados sobre

a prática política e os pressupostos teóricos sustentados pelos intelectuais do Partido Comunista (PRADO JUNIOR, 1972).¹ Quanto a esses, ainda que chamassem a atenção sobre aspectos importantes do nosso universo rural (MOTTA, 1998, p. 79) – dentre eles, a importância dos conflitos agrários e das lutas pelo acesso à terra – os promotores da tese do “feudalismo brasileiro” tenderam a exagerar as semelhanças superficiais existentes entre a grande propriedade colonial e o grande domínio fundiário medieval, em detrimento das diferenças enormes relativas a um elemento central como eram as relações de produção em ambos os contextos históricos (CARDOSO, 1978, p. 71).

De qualquer forma, um novo fôlego seria insuflado no nosso incipiente medievalismo – agora mais efetivo, frutífero e duradouro – a partir de meados dos anos 1980, marcados por uma verdadeira “procura da Idade Média” decorrente de uma “nova missão intelectual francesa chegada ao Brasil”? Graças, inicialmente, às traduções portuguesas, a Nova História francesa invadiu, enfim, o meio acadêmico brasileiro. Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros, tornaram-se referências obrigatórias nas bibliografias dos cursos universitários, em especial das disciplinas relativas à História Medieval, que passou a suscitar o interesse crescente dos estudantes. E foi essa demanda em expansão que fez constituir-se, em fins da mesma década (1988), o primeiro setor dedicado à História Medieval no âmbito de um programa de pós-graduação brasileiro (Setor de História Antiga e Medieval do PPGH – UFF), seguido de perto pelo da UFRJ. Assim, portanto, decorridos até hoje menos de trinta anos, é espantoso destacar que a quantidade de dissertações e teses dedicadas ao Medievo nos programas brasileiros supera os números relativos a áreas de estudos muito mais tradicionais em nosso país, como as

1 O autor, também membro do partido, negava, contudo, que o país apresentasse características feudais, ressaltando seu caráter capitalista, manifesto desde as origens.

de História Antiga e, pasme o nosso leitor, de História da América!

Costumo dizer a meus alunos que, fossem os maiores expoentes da Nova História francesa assiriólogos e não medievalistas, estaríamos abordando neste texto o enorme desenvolvimento dos estudos da Mesopotâmia entre nós! É um fato que a História Medieval nos seduziu na sua condição de mais uma “grande novidade proveniente de Paris”, e foi ainda mais celebrada em meio a uma estrutura universitária brasileira indelevelmente marcada pelos então recentes “anos de chumbo”, fatores que ajudam a explicar certas tendências desde então predominantes no campo. Sob o propósito de promover uma despolitização do ensino de História, de levar a cabo uma espécie de “saneamento curricular” de um saber considerado, então, como combustível de mobilização coletiva, investiu-se num esvaziamento do estudo da História Contemporânea em favor do cultivo de passados tidos como mais distantes, remotos e, consequentemente, destituídos de uma comunicação direta com o mundo hodierno, menos pedagógicos à ação humana (RUST e BASTOS, 2008, p. 163-188).

Além de tirar proveito do êxito alcançado pela divulgação de obras como *O Homem Diante da Morte* e *Montaillou*, celebradas por muitos como expressões de um potencial ainda por explorar de renovação da operação historiográfica em sua totalidade, as pesquisas dedicadas à História Medieval encontrariam, junto aos aportes teóricos encampados pela História das Mentalidades, uma generosa matriz de recursos para suas estratégias de legitimação científica. Contudo, para além dessa marca original indelével, a medievalística brasileira atual atingiu um grau considerável de diversidade de perspectivas. Após abocanhar uma fatia substancial – mesmo que insaciavelmente modesta – do amparo institucional destinado à pesquisa científica no país, os estudos especializados em História Medieval

expandiram-se, diversificaram-se e se assumiram como um território plural e polissêmico. Entretanto, à altura da promessa de crescimento criada por esse campo seguem atuantes inúmeras dificuldades, igualmente múltiplas e expressivas: bibliotecas limitadas, políticas de aquisição equivocadas, distância dos principais acervos documentais, dos centros de pesquisa e dos especialistas europeus constituem os principais obstáculos que limitam o pleno desenvolvimento da pesquisa em História Medieval no Brasil (e na América Latina em geral).

Assim, na sequência deste artigo pretendo me concentrar na promoção de um balanço crítico não dos problemas institucionais ou formais que enfrenta a pesquisa em História Medieval no Brasil, mas daquelas que me parecem constituir as principais orientações – ontológicas, epistemológicas e teóricas – de uma forma hegemônica do “fazer” historiográfico atual da medievalística nacional. Afirmo-lhes, desde já e de antemão que, a meu juízo, tais tendências constituem limites enormes ao conhecimento efetivo das sociedades que são reunidas sob aquela rubrica, o que, na extensão, restringe exponencialmente o valor e a importância dos resultados obtidos a partir de esforços que consomem boa parte de nossa vida útil e das verbas destinadas à pesquisa histórica em nosso meio.

Tendências hegemônicas na recente medievalística

As fatias outras de duração do tempo, as temporalidades pretéritas em relação à nossa, aquilo, enfim, que chamamos de passado, seja ele mais ou menos remoto, só nos permite, definitivamente, ressignificações. O que designamos, portanto, por Idade Média está sujeita a este mandamento primário da História e nunca haverá um físico que possa nos redimir com a invenção de uma máquina do tempo que permita superar este limite. Creio que, ao atingir tal percepção, promovemos uma tomada de

consciência primordial necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento, em sentido pleno, de nosso ofício. Porque constatar que a história medieval só nos é possível como elaboração, construção, não determina, de imediato, qual é a via desse procedimento. Mas, vejam: se é essa a condição possível da nossa atividade, é razoável considerar que ela venha sendo praticada, cotidianamente, pelos medievalistas. Seremos capazes de rastrear suas vias e perspectivas hoje hegemônicas? Creio que sim, e que suas principais tendências estejam íntima e essencialmente articuladas, de forma que se as isolo a seguir é apenas para viabilizar a sua análise.

O empirismo e o sacrossanto respeito às fontes de época

Já se passaram dezesseis anos desde que o polêmico (e polemista) historiador francês Alain Guerreau promoveu uma pessimista avaliação da medievalística francesa que, em sua opinião, atravessaria displicentemente a maior das crises jamais insinuada ou vivenciada por este campo do conhecimento histórico que havia sido o carro-chefe da Nova História. Em *L’Avenir d’Un Passé Incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle?* (GUERREAU, 2002), o autor, após promover um balanço daquelas que lhe pareciam ser as mazelas que afetavam a disciplina, aponta as exigências e os caminhos da renovação que permitiram revigorar a história daquilo que se convencionou chamar Idade Média. Tão impressionante quanto o silêncio absoluto em relação à obra no Brasil é a sua crítica primeira e fundamental a uma medievalística que se mantinha ainda dominada, segundo o autor, por uma orientação de base empírista que preservava as velhas premissas da escola metódica do século XIX (e considerem que Guerreau é um *chartiste*!). Os medievalistas seriam ainda tributários da primazia atribuída às fontes primárias, repositórios intocáveis do passado medieval que alimentariam, com um mínimo de “intervenção externa”, as narrativas

mais ou menos densas, mas essencialmente narrativas, que caracterizariam o discurso historiográfico.

Impõe-se, assim, no cerne do nosso ofício, um contato ceremonioso e respeitoso com as fontes que o passado arbitrariamente nos legou, cuja autoridade cognitiva permitiria uma abordagem daquele “tal como ele foi”. Ora, partindo de tal premissa ignoramos, penso eu, e com uma frequência desconcertante, a determinação mais fundamental de nosso ofício, isto é, o seu caráter forçosamente retrospectivo. A história é a disciplina do contexto e do contraste! Ela é não apenas o conhecimento sobre as sociedades do passado – sociedades que são um conjunto de relações e de determinações –, mas é, fundamentalmente, um conhecimento que se elabora a partir de um presente determinado. E esse presente, seja ele qual for, também não é uma abstração livre promovida pela mente do historiador, mas um conjunto de relações e de determinações que se impõe ao ele próprio. O medievalista não pode nunca se tornar medieval, isto é, livrar-se de sua experiência e existência na nossa contemporaneidade para compreender o passado tal como ele foi vivenciado por seus agentes. Não é possível acessar a Idade Média (e nenhum outro passado) “tal como ela foi”. Nossas imagens do passado são, ademais, necessariamente determinadas pelo conjunto de relações e estruturas sociais contemporâneas na qual nos inserimos. E ignorar quais são essas relações e estruturas do presente é, de forma imediata, empobrecer, impossibilitar ou tornar irrelevante o nosso conhecimento sobre o passado.

É possível que a tendência em questão se reforce, entre nós, em função do vigor de um silogismo enganoso que informou a geração de medievalistas brasileiros que viveu o *boom* da História Medieval no Brasil ocorrido, como vimos, na segunda metade da década de 1980, geração da qual eu mesmo faço parte. Naquela altura, a tantos estudantes de graduação

maravilhados com a Idade Média que nos era descortinada pelos franceses, parecia que o maior dos empecilhos que dificultava a nossa atuação no campo era a raridade e a escassez das fontes primárias disponíveis aqui. Terá sido essa a origem do silogismo a que me referi, duvidoso porque mecânico demais? Vamos a ele: “1, o grande problema para se realizar pesquisas em História Medieval no Brasil é a exiguidade das fontes; 2, eu disponho de uma fonte; 3, logo, eu ‘tenho’ uma pesquisa!”

Deixem-me aclarar esse tópico. Penso que sejam duas, fundamentalmente, as vias pelas quais se estruturam as pesquisas em História. Uma delas toma, por eixo primário de articulação, um tema, uma questão mais ou menos abrangente relativa à estruturação da sociedade que se pretende estudar e a pesquisa, então, para ser desenvolvida, depende do estabelecimento de um corpus documental que a viabilize. O tema suscita as fontes, e a pesquisa se articula pela intenção fundamental de “apreender” a sociedade em questão por algum(ns) de seu ângulo(s) ou campo(s) constitutivo(s). A outra via configura o que costumo designar por “recorte na fonte”, alternativa pela qual a pesquisa tem por eixo essencial de articulação um corpus muitas vezes limitado a uma única fonte primária de partida, da qual devem ser estabelecidos um tema, seus balizamentos e as questões que o problematizam, ou ao menos é isso que se espera. Pelo que venho observando em oportunidades e situações diversas, arrisco-me a afirmar que é essa segunda vertente que predomina entre nós no nosso campo, e que a mesma está associada a limites e dificuldades específicas.

Elá costuma constituir, em primeiro lugar, um inebriante convite ao empirismo. Se a pesquisa em História, como estabelecido desde a fundação dos *Annales*, deve estar pautada pela decifração de um problema, o caminho que antecipa a fonte ao próprio tema depende de que a mesma seja “problematizada”, isto é,

submetida à pressão de uma torquês que lhe esgarce, que lhe force os limites para que ela revele, para além da sua “estrutura discursiva”, os níveis da realidade a que mesma fonte se refere, o conjunto de relações que lhe dão sentido, a essência última dos fenômenos cuja aparência, revelada nos seus mais explícitos pronunciamentos, a fonte acaba por tergiversar. Não é incomum, contudo, em face de tamanhas exigências, que a prática historiográfica acabe por assumir, nesse caso, perspectivas bem mais tímidas, tomando a fonte em questão como um universo fechado, autorreferenciado, autossuficiente, o objeto em si mesmo de todo o “esforço” da pesquisa em questão. A fonte chega mesmo a parecer “transparente”, sua estrutura (discursiva) imediatamente revelada por aquilo que seu autor, elevado à posição de autoridade, afirma explicitamente, e nos seus próprios termos. O resultado mais comum? Trabalhos que se limitam a “divulgar” as suas fontes e os discursos de outrora, com a História reduzida à tarefa de fazer ecoar no presente, em língua comprehensível e em ortografia e sintaxe atualizadas, as visões de mundo de elites dominantes em fatias pregressas de duração do tempo. Por essa via, frequentemente, o historiador se faz intérprete de “textos”, não de sociedades.

O medievalista e os textos

Será a tendência a que acabo de me referir um produto da influente, famosa e recente “virada linguística”, que reduz o real a uma “textualidade”? Se o for, em grande parte dos casos ele parece inconsciente, porque raríssimas vezes é requisitado ou mesmo admitido. Esperemos, ao menos, que o façam os seus promotores. De minha parte, com relação aos textos que constituem nossa matéria-prima – mas apenas matéria-prima – considero que os pós-modernos têm razão ao nos alertar para o fato de que suas formas limitam os seus conteúdos, mas não creio que isso implique, de modo algum, que se deva reduzir a história ao

texto. Trata-se, antes, de relacionar texto e contexto, buscando os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos mesmos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 378).

Por outro lado, negar a redutibilidade da história ao texto não significa admitir que exista uma história independente do texto. A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de forma que apenas a partir da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar seu ofício. Como destaca Eliseo Verón (1981, p. 192), no funcionamento de uma sociedade historicamente dada, o sentido não se encerra em uma instância particular, mas se encontra por toda parte, assim como a ideologia e o poder, de forma que o sentido de um texto sempre o ultrapassa.

Tomemos um exemplo da radicalização da perspectiva e do perigo da “hipercritica” (ou do ceticismo?) associada à “virada linguística”. Se nos situamos no contexto da transição da Antiguidade à Alta Idade Média Ocidental, e em meio ao fluxo de um processo histórico marcado pelo fenômeno da implantação e disseminação do cristianismo, identificamos a existência de uma farta e diversa literatura dedicada ao tema das “sobrevivências pagãs”. Atas conciliares, hagiografias, sermões, legislação constituem apenas alguns exemplos de gêneros discursivos amplamente devotados à caracterização de crenças incompatíveis com o sistema cristão em processo de afirmação no Ocidente. No que se refere à Península Ibérica do século IV d.C. ao VIII d.C., encontramos um rico conjunto de referências a um simbolismo pagão relacionado à fertilidade e à produção agrícola (VIVES, 1963).

Extravasando o quadro ibérico, ressalta-se o vigor desse discurso “anti-pagão” reproduzido na literatura cristã da Gália merovíngia, da Itália ostrogoda e da Inglaterra anglo-saxônica. Ademais, é extrema a identidade de referências encontradas nas obras de Cesário de Arles, Martinho de Braga, Pirmino, Rabanus Maurus, Regino de Prüm e Burcardo de Worms a crenças e práticas alheias ao referencial cristão (HEN, 1995, p. 168). Ou seja, são efetivas as repetições das mesmas condenações numa ampla variedade de fontes datadas do século VI ao século XI.

Ora, para um número crescente de medievalistas, o vigor e a renitente reincidência de manifestações textuais como essas configuram apenas um *topos* literário alheio a qualquer materialidade. Assim, para Harmening (1979, p. 49-73), as repetições e cópias que aparecem nas fontes coetâneas seriam um sinal inequívoco de submissão à convenção literária, de forma que o paganismo de época constituísse apenas como uma vigorosa manifestação discursiva reproduzida por copistas que miravam apenas os livros e não que os circundava. Yitzhak Hen, por seu turno, reconhece, além do efeito de literariedade das manifestações, a expressão em tais fontes de uma certa realidade existente no período de sua composição, mas que estaria restrita, contudo, ao campo da subjetividade. “Esta realidade era mais mental do que prática refletindo, essencialmente, os temores e receios que preocupavam a mente dos autores” (HEN, 1995, p. 171).

Estamos, assim, às voltas com um fenômeno que é tomado e tratado como uma *episteme* à moda *foucaultiana*, considerados os seus enunciados como o efeito de um modo de apresentação discursiva que regula a sua sistematicidade, revelando o que há de comum em diferentes tipos de discurso num determinado período de tempo. Este *modus operandi* apresenta, porém, graves distorções.

Considerando-se os campos de manifestação dos vários cultos condenados, destaca-se a sua incidência no âmbito de atividades e necessidades várias, fundamentais e correntes na vida quotidiana e de trabalho das comunidades camponesas. Dentre elas a preocupação com a produção e a fertilidade dos campos, a garantia e preservação das colheitas, a proteção da casa, do trabalho doméstico, dos rebanhos etc., além daquelas atividades diretamente associadas à exploração das áreas incultas (bosques, florestas etc.) e manifesta nos cultos às árvores, rios, mar, fontes. Referem-se, pois, a um âmbito essencial da estruturação das sociedades humanas, aquele das relações estabelecidas pelos homens entre si com a natureza, que mobiliza intervenções materiais e também simbólicas, aí incluídas os próprios discursos que as expressam.

As reiteradas condenações às crenças visavam práticas contraditórias com a ortodoxia cristã, revelando, ademais, que a relativa autonomia preservada pelas comunidades camponesas sustentou uma base de contínua elaboração e reelaboração de uma cosmovisão irredutível, plenamente, aos preceitos ditados pelas elites eclesiásticas do período. Assim, as práticas veiculadas pelos discursos não são, em si, predominantemente discursivas, não se limitam ou reduzem-se ao plano da “discursividade”. Não se trata, inclusive, apenas de aludir ao aspecto prático dos discursos. É fundamental à sua plena compreensão a consideração da diversidade das práticas sociais, inclusive a discursiva, inserindo-as no campo de estudos a partir de alguma teoria relativa ao funcionamento e à estruturação das sociedades humanas (McNALLY, 1999, p. 33-49).

A emergência, numa sociedade, de um enunciado, de um costume, de uma experiência, num contexto dado – o fato de que isto ocorra – não depende apenas (nem principalmente) das “regras que controlam, no caso em questão, a produção dos discursos”, e sim do jogo complexo das condições econômico-sociais,

políticas e ideológicas diversas. Depende, essencialmente, do estado deste conjunto de fatores num dado contexto específico. As tensões manifestas nas fontes cristãs altomedievais revelam, ainda, que os textos, os discursos, são uma arena importante das lutas de classes, que também se manifestam, portanto, na linguagem e na literatura. E é esse, sempre, o preço a pagar por todo discurso que pretende afirmar a univocidade de sua ascendência de classe e de sua posição de poder: o de revelar, em seu anseio de absolutização, as experiências e práticas rivais que pretende sufocar e calar. Portanto, todo historiador que assume – intencional ou desavisadamente – como sua profissão de fé a reprodução acrítica dos discursos de outrora submete o passado à naturalização de suas formas diversas de desigualdades, dominação e exploração, o que constitui, mais do que um flagrante desrespeito às lutas do passado, uma total falta de compromisso, no presente, com o desejo de futuro.

O individualismo metodológico

Outra expressão corrente do medievalismo constitui o individualismo metodológico imperante, e que vejo manifesto, por exemplo, nas perspectivas de que as sociedades se organizam como coleções de indivíduos ou, nos melhores casos, como coleção de “áreas” constitutivas do real. Não há dúvida de que o nosso acesso mediado às sociedades do passado depende das descrições empreendidas por indivíduos que as vivenciaram. Mas, tal premissa não deveria implicar na perspectiva de que nossas figurações do passado estejam limitadas às figurações elaboradas por estes tais indivíduos, equívoco evidente que impõe, ao nosso conhecimento, ao menos duas limitações extremas. Em primeiro lugar, cada vez mais pesquisamos temas que se restringem à experiência de determinados indivíduos, pesquisas nas quais a sociedade (se tem existência reconhecida) é apenas

coadjuvante. Assim, é explícita a multiplicação de trabalhos com títulos no formato “Uma abordagem dos temas ‘A’, ‘B’ e ‘C’ na fonte ‘X’”, ainda que de fato o mais comum já seja “Uma abordagem do tema ‘A’ na fonte ‘X’”. Para esse modo de fazer história, não se trata mais de desvelar as relações, dinâmicas e estruturas que constituem uma globalidade social, e talvez nem mesmo de abordar uma dada sociedade por um ângulo seu específico, mas de empreender a exegese de uma fonte ou personagem qualquer (BASTOS e PACHÁ, 2011, p. 506-515).

Essa via implica numa análise parcial não apenas por ignorar os elementos e estruturas da sociedade, mas também porque mesmo a análise desses ilustres indivíduos é incompleta sem o desvelamento de sua inserção em uma totalidade social que determina, limita e possibilita sua existência e ações. De forma semelhante, cada vez investimos mais na perspectiva de fazer história política, história cultural, história das instituições, como se qualquer sociedade pudesse existir fragmentariamente, parcializada em campos constitutivos mais ou menos autônomos entre si, ou como se fosse uma coleção de indivíduos e de “áreas” do real, unitários em seu isolamento. Ora, qualquer pesquisador do medieval já viveu a sensação de ver as fronteiras de seus supostos campos constitutivos, uma vez fixadas, insistirem em escapar dos limites impostos! Talvez fosse o caso de nos perguntarmos por que seguimos insistindo, no entanto, em chamar de sociedades estes conjuntos – ou somatórios? – de fragmentos dispersos, suposta e aparentemente desconexos nas suas estruturas constitutivas? Ou já não acreditamos mais que as sociedades sejam totalidades orgânicas articuladas, ou duvidamos da nossa capacidade de apreendê-las como tal.

Superioridade ontológica dos “medievais”

Talvez seja essa uma das mais vigorosas e complexas orientações dominantes no quadro do medievalismo. Trata-se da perspectiva que

consiste em atribuir o que chamo de “superioridade ontológica” aos medievais na compreensão daquela sociedade, de supor que estavam mais habilitados do que nós historiadores a “decifrá-la” em sua essência. Essa tendência talvez derive do intuito de corrigir um terrível equívoco. Costumo dizer aos meus alunos de história medieval que esse é o único período histórico que suscita, de seus promotores, uma retratação inicial. A história medieval, antes de estabelecer-se como conceito, precisa denunciar um pré-conceito. Não há um bom manual dedicado ao período que não denuncie e não chame a atenção dos leitores para o fato de que a Idade Média é uma invenção maldosa de renascentistas e de iluministas, detratores que, interessados em realçar as suas próprias épocas, criaram uma lenda fadada a largo futuro, a da Idade Média das sombras e das trevas, a longa “noite de mil anos em que a Europa não tomou banho”.

Tal imagem negativa viria a ser contraposta, como sabem, por uma outra de sinal contrário, mas bem menos difundida, a de uma Idade Média cônica, um passado a ser acarinhado, uma longa noite de mil anos talvez, mas que resplandecera sob um céu carregado de estrelas. Refiro-me aqui à famosa perspectiva romântica que, ainda que tenha reabilitado a Idade Média, teria cometido o mesmo pecado de base da vertente anterior, ou seja, deturpou-a igualmente, projetando-lhe um presente, o dos nacionalismos do século XIX, também carregado de preconceitos, mesmo que para criar a lenda do “medievo dourado” (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 9-20).

Ora, como não aprender a partir de lições tão evidentes? Toda aquela deturpação e falseamento resultaram da orgulhosa sensação de superioridade dos diversos presentes em relação ao passado medieval! Portanto, o medievalista, historiador arguto e profissional, devia adotar uma medida que lhe permitisse superar tão evidente limitação em prol de um conhecimento mais objetivo, livre de

preconceitos e relativista. A proposição inovadora, ou mesmo revolucionária, consistiria então em guindar a “percepção que a Idade Média tinha dela própria” à condição de superior base ontológica para a prática de nosso ofício. Trata-se, então, de restabelecer a visão dos medievais, de conceder-lhes a voz e a autoridade última da sua revelação, tornando-se o medievalista uma espécie de antropólogo que se concentra nos cadernos de declarações emitidas pelos seus primitivos, entendendo aquela sociedade “por dentro”.

Parece-me que um eminent historiador francês, discípulo de Le Goff, captou, fundamentou e fortaleceu a perspectiva em questão. Refiro-me a Alain Gerreau (1982 e 2002) e à sua tese, apresentada em obras diversas, da “dupla fratura conceitual” que, ao operar-se no século XVIII, pois em xeque a nossa capacidade de percepção do passado medieval. O advento da sociedade burguesa, com as transformações que tiveram lugar, teria rompido os nexos com aquele passado, privando-nos das suas categorias de compreensão e da capacidade de dialogar com ele: as realidades foram cindidas, suas instituições desfiguradas, promovendo-se ruptura tão brutal e extrema que a interlocução teria passado a promover, no máximo, diálogos de surdos. Nós e os medievais não partilhamos sistemas de pensamento e nem sequer falamos línguas mutuamente comprehensíveis!

Lamento ter que ser breve e esquemático nas críticas a uma perspectiva primordial do nosso fazer historiográfico hegemônico, mas já estou abusando da paciência do(a) leitor(a). De essencial eu afirmo que ela constitui, a meu juízo, um equívoco enorme, promotor de vários contrassensos e limitações.

Antes de mais, deriva dela, em grande parte, uma mística ou fetiche da documentação manifesto em muitas das proposições correntes de um retorno às fontes, à sua exegese hermenêutica que reina entre nós. Ora, as fontes não são fragmentos de verdade, registros fiéis e

efetivos de um passado pleno em relação ao qual devemos nos vergar maravilhados, boquiabertos e emudecidos. São enunciações parciais, tanto reveladoras quanto sublimadoras das porções do real a que se referem, tanto promotoras quanto limitadoras do conhecimento da sociedade de que emanam. Ao fazer-se antropólogo o medievalista deve considerar que não tratamos de uma sociedade estruturada nas mesmas bases de tantas sociedades a que se dedicam aqueles nossos confrades, isto é, sociedades igualitárias muitas delas, ou caracterizadas por níveis bastante limitados de fratura, diferenciação, desigualdades e exploração internas. Tratamos de uma sociedade profundamente cíndida, com abismos sociais extremos e níveis de desigualdade internos radicais, uma sociedade cuja superação histórica deu ensejo a nada mais, nada menos, do que à sociedade burguesa capitalista na qual vivemos.

Os registros medievais, seus discursos diversos, textuais, imagéticos, da cultura material, estão eivados da condição primária de todo e qualquer discurso: eles visam, e de fato conseguem, ao mesmo tempo, esclarecer e confundir! Eles evidenciam interpretações de mundo marcadas por perspectivas de classe, por exemplo, mas confundem tais visões parcelares, socialmente determinadas, com a concepção geral de mundo no período, com a suposta visão que a sociedade possuía de si mesma, como se sociedades fossem entes que se olhassem no espelho e analisassem a imagem projetada. Eles, os discursos, divulgam a aparência superficial das relações sociais em que os indivíduos estão inseridos em uma dada sociedade, e confundem tal aparência com a essência que estruturava aquela mesma sociedade em suas relações.

A essa altura eu não resisto a uma citação que deveria ser uma máxima famosa: “(...) toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente.” Mesmo que não precise nomear seu autor, devo contextualizar a afirmação, que aparece no capítulo quarenta e

oito do tomo 2 do volume III de *O Capital*, quando Marx (1983, p. 271) critica os economistas clássicos por não fazerem nada mais do que traduzir, sistematizar e louvar, com sua doutrina, as concepções dos agentes sociais inseridos (presos) nas relações burguesas de produção.

Outra expressão desta prioridade ontológica atribuída aos medievais manifesta-se na defesa intransigente da perspectiva de que, ao analisar a sociedade medieval, o historiador deve fazer uso exclusivo das categorias de apreensão do mundo forjadas no contexto daquela sociedade. A infração dessa regra produziria, inevitavelmente, abordagens abusivas, ideologicamente comprometidas e necessariamente anacrônicas, que imporiam ao medievo expressões que lhe eram estranhas. Ora, o que tais paladinos da neutralidade parecem desconsiderar é que as categorias de então constituem uma verdadeira “economia política” (FONTANA, 1998, p. 9-10)² de época, legitimadora de um *status quo* imperante que os historiadores acabam por reproduzir, ainda que muito orgulhosos de sua erudição.

A historiografia, assim como a matéria-bruta que processa e sobre a qual opera, parece, de fato, movida por contradições primordiais. Vivemos, ao longo do século passado e nesse que se inicia, um vigoroso processo de autorreconhecimento e especialização em meio ao qual a História precisou-se em sua epistemologia, ampliou o seu campo de atuação, diversificou os seus referenciais teóricos e aprimorou os seus instrumentos de análise, tudo isso a par da – se não motivada pela – percepção da irredutível complexidade de seu objeto de estudos. Insertos numa contemporaneidade em que a aceleração do curso da História pela demanda ampliada da reprodução do capital fez com que “tudo que fora sólido se desmanchasse

2 “Uma explicação do sistema de relações que existem entre os homens, que serve para justificá-las e racionalizá-las – e, com elas, os elementos de desigualdade e exploração que incluem –, apresentando-as como uma forma de divisão social de trabalhos e funções, que não só aparece agora como resultado do progresso histórico, senão como a forma de organização que maximiza o bem comum”.

no ar”, viram-se os humanos constrangidos a enfrentar as suas duras e cruas condições de vida, e os historiadores – humanos que somos! – inscritos, enfim, em um quadro de referências que nos capacitou a desvelar os determinantes profundos e mundanos da produção e reprodução das nossas sociedades.

Declaro a minha frontal oposição à perspectiva de Alain Guerreau (1982 e 2002), relativa ao suposto “prejuízo epistemológico” derivado da dupla fratura conceitual do século XVIII, que teria deprimido a nossa capacidade de apreensão da sociedade medieval. Admito a fratura, mas não o resultado que lhe atribui, pois penso que a possibilidade da História profissional decorre justamente dela! Ora, foi ela que nos inscreveu numa “economia política” estranha às mistificações da ordem feudal e nos possibilitou abordá-la com condições de percepção e instrumentais verdadeiramente críticos. Nossa função não é experimentar o passado, mas de dialogar com ele em prol do presente, possibilidade efetivada graças ao nosso “ponto de disposição e de observação temporal”. A nossa função é traduzir o passado em bases compreensíveis para o presente, o que decorre dos contrastes e das assimilações entre ambos, assim como a tarefa da antropologia clássica não é explicar as sociedades primitivas para os primitivos, mas para as sociedades nas quais atuam os antropólogos. Trata-se sempre de um conhecimento produzido em prol do outro que somos nós, e do presente.

O objetivo da história não pode ser jamais a apreensão imediata do passado, o contato direto com as realidades pretéritas baseada em qualquer concepção empirista. Da mesma forma, creio, não se trata da apreensão de seus “pedaços”, de esferas da vida social que não podem existir em isolamento recíproco. Ao contrário, o sentido maior do conhecimento

histórico consiste no desvelamento das lógicas internas de seus objetos de estudo (as sociedades do passado), reconhecendo e englobando a sua inscrição no presente (condição da sua possibilidade) e analisando o passado como uma totalidade cuja forma de apreensão deve estar calcada na dialética da essência e da aparência. Ou seja, trata-se de demonstrar como os vestígios do passado aos quais temos acessos são recortes de experiências individuais, mas que, em sua conjugação, servem como instrumento para desvelar lógicas e dinâmicas estruturais, essências, as quais, por sua vez, nos permitem enquadrar esses mesmo vestígios em uma imagem do passado mais efetiva, menos parcializada.

Ademais, a radicalização da perspectiva da fratura conceitual e ontológica pode nos levar a um prejuízo maior, o de suprimir o sentido da articulação temporal na longa duração histórica. O que de pior podemos promover a partir dela não é a deformação do passado, mas a impossibilidade de compreensão da constituição do presente como resultado do processo histórico, transformando-o em mera contingência! Assim, acabamos por sacralizar o passado, rompemos os fluxos históricos de negação e de afirmação que o constituem como manifestação pulsante da nossa própria existência e duração, isto é, da nossa contemporaneidade. Mesmo os historiadores reacionários mais empedernidos, pré e pós-modernos, que se vangloriam de negar qualquer utilidade à História deveriam reconhecer, ainda que a contragosto, que a função social primeira de nossa disciplina é insofismável e incontornável. Aos historiadores, homens e mulheres do seu tempo, compete dimensionar historicamente os fenômenos, as demandas e os anseios que mobilizam a atenção e instigam o desejo de conhecimento das suas sociedades contemporâneas, nas quais vivem e a partir das quais são mobilizados para a produção do conhecimento histórico. O historiador, mesmo o das sociedades mais remotas no tempo e no

espaço (ou talvez esses, em especial) é, fundamentalmente, um “dimensionador” do presente, dialeticamente negado e afirmado pela sua retroprojeção temporal. O mundo em que nos encontramos é o resultado da destruição criativa dos passados vários que o presente deglutió e regurgitou!

E é imperioso destacar que o presente que o historiador “dimensiona” na longa duração é constituído, ele próprio, por um conjunto de relações sociais conflituosas e contraditórias, sobre as quais não pode pairar o historiador para produzir uma história integral e neutra que se eleve acima dos conflitos. Se, como querem alguns, a história depende da “empatia em relação ao humano em temporalidades e latitudes as mais diversas”, toda empatia arrasta posições contraditórias que se projetam até os “contextos” – fatias de duração, sociedades – sobre os quais se debruçam os historiadores. É assim que, apoiado na leitura, desenvolvida por Gramsci (1978, p. 75), da concepção dialética marxiana da História, concebo a nossa disciplina – e parte considerável da diversidade de perspectiva que caracteriza hoje a sua prática – como campo de um conflito sempre aberto entre projetos opostos de síntese de passado e presente, portanto, entre “universalidades” diferentes.

Mas, para finalizar, e quanto ao futuro imediato, o que nos reserva a Roda da Fortuna? Ou, dito de outra forma: já será possível, de fato, falar de consolidação do campo no Brasil? Ora, se todos os obstáculos acima mencionados se encontram na raiz desse questionamento, certamente não é menor o peso do preconceito e da estigmatização de que são, ainda hoje, alvo os pesquisadores que, no âmbito de nossas universidades dedicam-se à História Medieval.

Subsiste, como perspectiva talvez hoje mais difusa e menos explícita, em nosso meio acadêmico, a percepção de que o longo período identificado por Idade Média não nos diz respeito (aos latino-americanos, em geral, e aos brasileiros, em particular), envolta por um véu

de exotismo dilettante ao qual se dedicam, consumindo verbas públicas e postos universitários (mesmo que em ínfima escala), um número ainda relativamente restrito de profissionais alienados e alienantes, um incrível exército de “Brancaleones” estrangeiros em seu próprio domicílio.

Parece-nos claro que a “Idade Média” constituiu um importante “laboratório humano” cujo sentido e importância superam, inclusive, qualquer limitada perspectiva acerca de heranças diretas suas que possamos reconhecer ainda “(sobre)vivas” em nosso meio. Cadinho de uma vigorosa e múltipla vivência humana, essa “fadia de duração” nos transcende e interessa, não por aquilo que romanticamente teria a nos ensinar, mas pelo que ali configurou a luta humana pela subsistência, pela sobrevivência, pela reprodução, pela eternização, de que somos, em grande parte, manifestação. Muito menos do que um passado perdido no tempo, era remota, objeto de curiosidade de “antiquários”, o que a Idade Média nos ajuda a desvelar é o que temos de mais específico, distintivo e marcante em nossa contemporaneidade, a sua historicidade.

Por fim, uma declaração que, tornada possível configura um débito não menor dos historiadores, da Idade Média inclusive, em relação aos *Annales*, o direito pleno e desavergonhado, que nos foi reconhecido, à expressão de emoções. De minha parte, declaro que a História é paixão pela espécie, paixão pelo humano, e se realiza em toda e qualquer manifestação sua, alheia a limitações, sobretudo temporais. Talvez seja esse o sentido maior a atribuir-se à célebre máxima proferida um dia, em terríveis condições – “O historiador deve ser como o ogro da lenda. Lá onde farejar a carne humana ele sabe que encontrará a sua caça” –, por um grande medievalista cuja nota permitame, paciente leitor(a), humildemente dispensar.

Referências

- BASTOS, M. J. da M. Assim na terra como no céu: Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica (séculos IV-VIII). São Paulo: EDUSP, 2013.
- BASTOS, M. J. da M.; PACHÁ, P. H. de C. Por uma Negação Afirmativa do Ofício do Medievalista! In: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA ABREM, 2011, Cuiabá. *Anais...*, vol. 1, Cuiabá: ABREM. p. 506-515.
- CARDOSO, C. F. S. Observações sobre o “Dossier” preparatório da Discussão sobre o Modo de Produção Feudal. In: PARAIN, C. (Org.). *Sobre o Feudalismo*. Centre d’Études et Recherches Marxistes. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. p. 70-74.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e Análise de Textos. In: _____. *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 359-382.
- FONTANA, J. História: Análise do Passado e Projeto Social. Bauru: EDUSC, 1998.
- FRANCO JUNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- FRANCO JÚNIOR, H.; BASTOS, M. J. da M. L’histoire du Moyen Âge au Brésil. *Bulletin du Centre d’études médiévales*, Auxerre, n. 7, p. 125-131, 2002-2003.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUERREAU, A. El futuro de um pasado. La Edad Media en el Siglo XXI. Barcelona: Crítica, 2002.
- GUERREAU, A. El Futuro de um Pasado. La Edad Media en El Siglo XXI. Barcelona; Crítica, 2002.
- GUERREAU, A. *O Feudalismo. Um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- HARMENING, D. Superstition. Überlieferungs- und theoriegeschichtliche Untersuchungen zur kirchlich-theologischen Aberglaubensliteratur des Mittelalters. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1979.
- HEN, Y. Culture & Religion in Merovingian Gaul, AD 481-751. Leiden-Nova York-Köln: E. J. Brill, 1995.
- MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polia, 1984.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*, vol. III, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

McNALLY, D. Língua, história e luta de classe. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (Org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 33-49.

MOTTA, M. M. M. Caindo por terra (historiografia e questão agrária no Brasil). In: GIRBAL-BLACHA, N. y VALENCIA, M. (Org.). *Agro, Tierra y Política. Debates sobre la Historia Rural de Argentina y Brasil*. Buenos Aires: REUN, 1998. p. 65-79.

PINSKY, J. *Modo de Produção Ferial*. São Paulo: Global, 1982.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RUST, L. D.; BASTOS, M. J. da M. *Translatio Studii. A História Medieval no Brasil*. *Signum*, São Paulo, v. 10, p. 163-188, 2008.

VERÓN, E. *A produção de sentido*. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp, 1981.

VIVES, J. (Org.). *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Barcelona-Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.